

A LÍNGUA(GEM) COMO FRONTEIRA: REFLEXÕES SOBRE A DINÂMICA SOCIOCULTURAL DE PESSOAS SURDAS E OUVINTES

LANGUAGE AS A BORDER: REFLECTIONS ON THE SOCIO-CULTURAL DYNAMICS OF DEAF AND HEARING INDIVIDUALS

*Tharcizio de Souza Oliveira¹
Jenniffer Simpson dos Santos²
Silvio Ruiz Paradiso³*

RESUMO

Este texto discute sobre a necessidade emergente de uma perspectiva psicossocial a respeito das fronteiras encontradas nas relações interculturais entre pessoas e comunidades ouvinte e surda em nosso país. A ênfase se dá a partir do marcador mais evidente que é posto como uma das fronteiras mais palpáveis: a diferença linguística. A partir de uma revisão bibliográfica, utilizando Flávio L. A. da Silveira (2005), António S. Ribeiro (2002) e Gladis Perlin (1998) para iniciar a discussão da ideia de ‘fronteira’, iremos identificar, analisar e discutir as repercussões dessa dinâmica na comunidade surda em sua parcialidade ou totalidade, assim como a língua(gem) como espaço da diferença a partir de seus impactos sociais, políticos e psicológicos. Ao final propomos reflexões práticas para abordar a língua não mais como barreira, mas ponto de encontro e progresso. **PALAVRAS-CHAVE:** Linguagem. Surdez. Cultura. Fronteira.

ABSTRACT

This text discusses the emerging need for a psychosocial perspective regarding the boundaries found in intercultural relations between hearing and deaf people and communities in our country. The emphasis is on the most evident marker that is considered one of the most palpable borders: linguistic difference. Based on a bibliographic review, using Flávio L. A. da Silveira (2005), António S. Ribeiro (2002) and Gladis Perlin (1998) to begin the discussion of the idea of ‘border’, we will identify, analyze and discuss the repercussions of this dynamic in the deaf community in its partiality or totality, as well as language as a space of difference based on its social, political and psychological impacts. At the end, we propose practical reflections to approach language no longer as a barrier, but a point of meeting and progress.

KEYWORDS: Language. Deafness. Culture. Borders.

1. Introdução

O tema fronteira, em quaisquer perspectivas ou escolas, sempre se encontra envolto em uma problemática teórico-conceitual. Alguns dos componentes que constituem esta problemática são, inicialmente, a amplitude e complexidade do tema, bem como sua importância para pensamentos de distintas áreas antropológicas, sociológicas, psicológicas e políticas, por exemplo. Também se fazem presentes nele, as possibilidades e potências fenomenológicas que emanam das relações e da vida humana.

¹ Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), tharcizio.psi@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-3877-7187>.

² Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), jennifersantos@ufgd.edu.br, <https://orcid.org/0000-0002-9323-0045>.

³ Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), silvioparadiso@ufgd.edu.br, <https://orcid.org/0000-0001-7248-6490>.

A etimologia e conceito de fronteira nos trazem interessantes reflexões que corroboram com as discussões aqui propostas. No Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, (Machado, 1977, p. 94) defende-se que o termo tem origem direta no latim, *fronte* (frente, testa, parte exterior, aparência, aspecto). Já no Dicionário Houaiss, fronteira é um substantivo adaptado do francês *frontière*, que remete à ideia de “algo a frente”. Interessante que fronteira está ligada à imagem, tanto de si (frente, testa), quanto do outro (o que está à frente). Fronteira então suscita a imagem do espelho, desvelando a questão de diferenças e identidades.

Este texto discute sobre a necessidade emergente de uma perspectiva psicossocial a respeito das fronteiras encontradas nas relações interculturais entre pessoas ouvintes e surdas em nosso país. A ênfase se dá a partir do marcador mais evidente que é posto como uma das fronteiras mais palpáveis, a diferença linguística. A partir deste ponto iremos identificar, analisar e discutir as repercussões nas comunidades surdas em sua parcialidade ou totalidade, assim como seus impactos sociais, psicológicos e políticos.

A relevância desta produção fundamenta-se principalmente na escassez de produções técnico-científicas a respeito da diferença cultural e linguística entre comunidade ouvinte e comunidade surda e seus impactos na qualidade de vida da pessoa surda no Brasil. Partindo de uma perspectiva antropológica e psicossocial, apresentaremos reflexões pertinentes sobre a parede invisível sem muitas portas e janelas que divide os “universos” ouvinte e surdo.

Visando construir um raciocínio inteligível sem perder de vista a profundidade imbricada ao se discutir fronteiras, começaremos discutindo o termo, utilizando Flávio Leonel Abreu da Silveira (2005) e António Sousa Ribeiro (2002) como referências para introduzir e explorar as conceituações e perspectivas acerca do tema na segunda seção. Em seguida, adentraremos o âmbito da linguagem e relações sociais entre pessoas e culturas surdas e ouvintes na terceira seção. Por fim, na seção final, iremos propor reflexões, problematizações e elucidações referentes ao tema, objetivando uma redução dessas fronteiras, como barreiras, tornando-as lugares de encontros com propostas teórico-práticas.

2. Fronteiras - limites que demarcam o outro

A noção de fronteira ou de margem, segundo Silveira (2005, p. 18), desponta como interesse de pensadores durante os séculos XVII e XVIII, ao tempo em que havia um maior interesse pelos fenômenos humanos, em destaque para as diferenças e limites entre os homens do Velho e os homens do Novo Mundo. As principais discussões se davam pelas questões sobre a existência ou inexistência de alma nos corpos de povos indígenas, afluindo nas noções de Homem, no século XVIII, e os impactos destes pensamentos a nível científico – como o Evolucionismo como ideologia no século XIX –, ao passo em que o Ocidente elaborava concepções basilares de nações com territórios demarcados e línguas distintas.

Conforme o autor, as fronteiras sempre demandam um nível relacional, enfatizado pela interação de diferenças, independentemente da distinção e conceito destas. Assim sendo, se a fronteira existe

A língua(gem) como fronteira: reflexões sobre a dinâmica sociocultural de pessoas surdas e ouvintes

é porque há uma dimensão permeável ou porosa que possibilita o trânsito, fluxo ou a interdição de elementos diversos, como pessoas, ideias, substâncias ou objetos, por exemplo. Entretanto, se essa fronteira existe de modo a permitir ou impedir o trânsito de coisas e ideias em sua linha divisória, é porque existem polaridades, talvez ambiguidades, fazendo com o que o “dentro e fora”, “interior e exterior” exista somente como expressão da diferença, que ao longo de sua linha possibilita apresentar pontos de contato com maior ou menor proximidade e interação entre estes níveis.

Este pensamento nos remete à contemporaneidade da globalização, que envolve processos de integração e interesses comuns entre as nações. No entanto, Silveira (2005, p. 19) destaca a necessidade de problematizar os limites e intenções dessas dinâmicas, considerando a heterogeneidade cultural, singularidades da sociodiversidade e jogos de poder marcados por assimetrias históricas. Correlacionando com as dinâmicas de cuidado e assistência às pessoas surdas desde os primórdios, a hegemonia ouvintista, com uma perspectiva assistencialista e paternalista, buscava “normatizar” esses indivíduos por métodos de oralização questionáveis, cirurgias invasivas insatisfatórias e confinamentos institucionais, onde a fronteira era literal.

Para tanto, o autor segue fazendo convite a reflexões sobre as visões “românticas” desse processo atual de globalização e integração interculturais, destacando que:

para além de certos multiculturalismos, de algumas abordagens pós-modernas que concebem as fronteiras como ponto de encontro entre diferenças, onde reina a empatia, numa perspectiva quase amorosa que, pateticamente, desconsidera que, para além de uma utopia conciliadora pela diferença (ainda que se proponha crítica), as fronteiras são espaços, especialmente, simbólicos, em que as diferenças e assimetrias estão bem demarcadas, estando longe de significar um enlace afetivo e uma destituição de conflitos que determinados intelectuais, por vezes, parecem desconsiderar em suas análises sobre o tema. [...] Dessa forma, é cômodo tomar o hibridismo ou o sincretismo como se ele fosse um caminho maravilhoso de convivência entre diferenças. Neste sentido, desconsideram que as pessoas, pela sua condição econômica e étnica, por estarem sujeitas a sanções e impedimentos no trânsito entre as fronteiras, nesse caso, não experimentam os “não-lugares” (Silveira, 2005, p. 23-24).

A questão levantada neste trecho é de que tais discursos e ideias ilusórias de que fronteiras representam um ponto de contato sem conflitos, destituída de “dramas sociais”, ausente de impedimentos, ainda que na busca desesperada por ressignificar a ideia de fronteiras culturais, negligenciam a realidade de coerção e violências que as fronteiras políticas exercem sobre as pessoas que ocorre na realidade. Isso abre espaço para legitimar um conservadorismo fundamentalista que desconsidera questões étnicas, de gênero, classe e inclusive de deficiências.

No que se referem às fronteiras culturais, que também são fronteiras políticas, estas são formas simbólicas nebulosas de manifestação humana, onde a alteridade se dá como valor e fundamento, visto que política de diferença se configura como uma possibilidade. Para existir a diferença é preciso que existam as margens, os limites que separam o eu do outro e que permitem que as dinâmicas entre proximidade e distância aconteçam como uma aventura do conhecimento, como também uma abertura ao diálogo, segundo Silveira (2005, p. 28).

Contudo, António Ribeiro (2002, p. 479) acrescenta que neste ponto da discussão é natural e se faz pertinente que as palavras “cultura”, “identidade” e “globalização” apareçam como dependentes semânticos, haja vista que, se uma forma de analisar os processos de identidade e produção cultural em geral é apreendê-los como produção de efeitos de fronteira, então o debate sobre estes conceitos é inevitavelmente também um debate sobre a noção de fronteira. Sob uma ótica política, uma noção de fronteira como espaço de comunicação e interação tenderá a assumir um valor crítico e emancipatório.

Ao longo da história percebemos através da literatura médica, por exemplo, a frequente atribuição de um déficit de capacidade à pessoa surda, retratando-a durante os séculos como “anormal” nas artes e na literatura, principalmente devido à ausência do que se considera uma oralização “normal” para as interações sociais. Neste ponto, é essencial compreender que o histórico de assassinatos, violências, segregações, obscurantismo e comparações entre “normal” e “anormal”, desde os primeiros séculos até o século passado, resultou na construção de um estereótipo para as pessoas com deficiência, no nosso escopo - as pessoas surdas. Um estereótipo, de acordo com o dicionário brasileiro da língua portuguesa Michaelis (2015, s.p), é “uma imagem ou ideia que categoriza algo ou alguém com base em expectativas, hábitos e generalizações falsas”. Seria, portanto, “um padrão formado por meio de ideias preconcebidas, resultado da falta de conhecimento sobre determinado assunto”. É interessante notar a dualidade de sentido que a descrição “algo que se amolda a um padrão fixo ou geral” adquire nesse argumento.

A identidade hegemônica (ouvinte) influencia a percepção do diferente, afetando a autopercepção e interações dos surdos, posicionando-os como uma identidade subalterna. Contudo, a partir da alteridade, a pessoa surda é vista como um sujeito político constituído pelas representações de sua diferença. Lígia Amaral (1998) amplia essa visão ao entender a deficiência como uma experiência social moldada por mitos, estigmas e estereótipos, além de interações hierárquicas e assistencialistas que não se alinham aos padrões sociais de corpos e performances “normais”, “saudáveis” ou “capazes”.

A identidade surda precisa ser procurada na diferença, além de uma perspectiva redutora e simplista, e também deve ser vista sob uma ótica de resistência (Perlin, 1998, p. 54). Ser surdo com “S” maiúsculo, de acordo com Harlan Lane, implica reconhecer-se por meio de uma identidade compartilhada por indivíduos que utilizam a língua de sinais e que não se enxergam marcados por uma perda, mas sim como “membros de uma minoria linguística e cultural com normas, atitudes e valores distintos e uma constituição física diferenciada” (Lane, 2008, p. 284).

A estrutura psicossocial, cultura e linguagem desses indivíduos, o que é hoje reconhecido como cultura surda, proporcionam condições únicas para a formação e manutenção da subjetividade e identidade das pessoas surdas. Para compreender a interação social entre esses indivíduos, é crucial considerar especialmente a noção de comunidade surda como uma comunidade linguística. Gladis Perlin (1998, p. 56) destaca que a distinção entre surdos e ouvintes surge, entre outros elementos e aspectos, da comunicação gestual-visual estabelecida pelos surdos, além da sua experiência de interação visual com o meio, que é parte essencial da diferença cultural.

No que diz respeito ao termo “comunidade surda,” este não está obrigatoriamente vinculado a um espaço geográfico, como o termo muitas vezes sugere. Em vez disso, está relacionado à criação de espaços simbólicos que facilitam a comunicação entre os indivíduos. Para os surdos, isso se refere a um grupo que pode residir em uma área específica, caracterizada por certas particularidades, mas que não está isolado; pelo contrário, coexiste com pessoas ouvintes, que formam a maioria. Para os autores surdos norte-americanos Padden e Humphries uma comunidade surda é:

um grupo de pessoas que vivem num determinado local, partilham os objetivos comuns dos seus membros, e que por diversos meios trabalham no sentido de alcançarem estes objetivos. Uma comunidade surda pode incluir pessoas que não são elas próprias Surdas, mas que apoiam ativamente os objetivos da comunidade e trabalham em conjunto com as pessoas Surdas para os alcançar (Padden; Humphries, 1990, p. 5, tradução nossa).

Podemos visualizar, portanto, uma rede social que engloba principalmente pessoas surdas, mas também indivíduos ouvintes com domínio na Língua de Sinais Brasileira (Libras). O aspecto linguístico reforça a construção de uma rede de apoio entre pares, o que fomenta a manutenção de uma identidade dos seus membros, partindo de uma condição comum. É improvável que alguém que não compreenda a língua de sinais possa participar dessa rede, uma vez que é este elemento que sustenta a relação e a interação entre seus membros.

Referente ao termo “cultura”, alguns estudiosos veem a cultura de maneira unitária, enquanto outros reconhecem a existência de culturas no plural. A cultura é entendida como a herança que um grupo social transmite a seus membros por meio de convivência e aprendizagem, e cada geração contribui para sua expansão e modificação. Considerar a cultura no plural permite a existência de uma multiplicidade de grupos e manifestações diversas, ampliando o conceito de cultura. O termo “cultura”, originário do latim, está associado ao cuidado com a terra cultivada. Etimologicamente, está ligado à natureza, com significados originais como “lavoura” ou “cultivo agrícola”. Isso destaca que o cultivo da linguagem e da identidade são elementos fundamentais de uma cultura, como é o caso da cultura surda.

A cultura surda tem ganhado importância nos discursos dos Surdos, sendo culturalmente produzida pelos próprios Surdos em um contexto sociopolítico, valorizando a resignificação da diferença e a apreciação da cultura e identidade surda. É essa cultura que dá significado às experiências surdas e à luta pelo direito de ser diferente, além de valorizar a língua, crenças e costumes do modo de ser surdo, narrados e protagonizados por eles mesmos (Perlin, 1998, p. 63). Portanto, a questão vai além do conceito científico, abrangendo as esferas culturais, sociais, interpessoais, subjetivas e econômicas, impactando diretamente na identidade, saúde mental, qualidade de vida e bem-estar social dessa população.

Na atual conjuntura, o processo de formação das identidades sociais e culturais é permeado por conflitos, especialmente por parte de grupos cujas identidades não são validadas socialmente e são alvo de discriminação, marginalização ou opressão por parte de setores dominantes ou elitizados da sociedade. Outro ponto crucial nessas categorizações é observar a interação e interdependência entre

as culturas surda e ouvinte, o que se manifesta como um aspecto central na construção das identidades surdas.

As identidades surdas têm como fundamento a apreensão da disparidade entre indivíduos surdos e ouvintes. Contudo, é crucial ressaltar que “os surdos descobrem a si mesmos na diferença, não na deficiência” (Perlin, 1998, p. 55). A questão reside em perceber o surdo como um ser completo e distinto do ouvinte, não como alguém deficiente, inferior ou carente de algo. É por meio da língua e da linguagem que essas identidades são forjadas e expressas. A língua de sinais é o elemento central que define a identidade e cultura surda, conforme reforça o decreto-lei nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), enquanto a língua(gem) oral é pertencente e predominante na identidade e cultura ouvinte.

Um ponto em comum entre estudiosos do pós-modernismo sobre o tema é que a identidade não é uma essência fixa; por isso, ela se constitui e depende da relação conflituosa com a alteridade. Construir a imagem do “Outro”, a partir deste ponto, requer construir uma fronteira que me separa dele, sendo *a priori* uma linha imaginária onde se projeta a noção de diferença e a partir de então se torna possível a construção e afirmação de uma identidade. Por mais difuso e errático que tenha se tornado o conceito de cultura, a confecção de fronteiras continua a ser inseparável deste conceito (Ribeiro, 2002, p. 481).

3. Línguas, pessoas e fronteiras

As assimetrias e fronteiras existem e vão continuar existindo, ao menos até o momento em que o ser humano seja capaz de compreender melhor o sentimento confuso que o toma quando tem de lidar com a relação de proximidade e distância, e tudo o que lhe implica em termos de interação com aquele que lhe é diferente. A partir deste ponto, caracterizo e restrinjo as diferenças e dinâmicas aplicadas a esse “outro” para a relação entre pessoa e cultura ouvinte diante da pessoa e cultura surda, em destaque para a dinâmica de relação social e interação comunicativa.

No livro *Sound and Sign* (1973), Schlesinger e Meadow apontam que a surdez, principalmente na infância, é muito mais do que um diagnóstico médico, mas um fenômeno cultural, já que expõe intrinsecamente, problemas sociais, emocionais, linguísticos e psicológicos. Já com as primeiras relações humanas – entre filho e mãe, por exemplo, a comunicação se mostra potencialmente difícil, distorcida e deficiente. Depois, isso se multiplica entre as relações familiares (irmãos, avós, tios, primos), educacionais (professores e colegas de turma) e sociais (amigos, igreja, profissionais como médicos, policiais, etc.). Logo, vivenciando um mundo que não se adapta às suas necessidades, a pessoa surda é convencida a passar de um mundo perceptivo para um mundo conceitual (Sacks, 1989, p. 35). Esse trânsito entre esses mundos, inevitavelmente é atravessado por fronteiras.

De acordo com os últimos dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2020), 5% da população brasileira têm algum grau severo de surdez, sendo um pouco mais de 10 milhões de pessoas. Deste grupo, quase 3 milhões não ouvem absolutamente nada. Esta parcela da sociedade é privada, dentro de um universo cultural/linguístico ouvinte, de várias possibilidades que dificultam

A língua(gem) como fronteira: reflexões sobre a dinâmica sociocultural de pessoas surdas e ouvintes

seu acesso à escolarização básica, a manifestações artísticas, mobilidade urbana e, até mesmo, à saúde pública.

O surdo é o sujeito que se identifica enquanto tal, como exposto anteriormente, apreendendo o mundo por meio de experiências visuais e tem o direito e a possibilidade de apropriar-se da língua de sinais e da língua oficial do país. A legislação brasileira considera pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Libras - Língua Brasileira de Sinais (Levino *et al.*, 2013, p. 293).

Durante anos no século passado as fronteiras foram bem estabelecidas por pessoas ouvintes (em destaque para a área e profissionais da saúde) por diferentes meios e vertentes: de um lado cirurgias, exercícios clínicos, exames de reabilitação, aparelhos, horas e horas de terapia, proibição de quaisquer tipos de gesticulação e a desvalorização da língua de sinais; de outro, o uso (até então proibido) da língua de sinais, a valorização da comunicação gestual, o orgulho surdo e a possibilidade de reconhecimento linguístico (Nogueira *et al.*, 2016, p. 3).

Isso é importante para entender que ao reconhecer a existência da fronteira entre surdos e ouvintes, também é importante reconhecer que a comunicação é o que fundamenta as estruturas desse espaço intersticial.

Dentro da comunidade surda, desenvolve-se a cultura surda que abrange os costumes, hábitos, piadas e histórias que são compartilhadas e transmitidas às gerações seguintes. Ela é construída no contato do surdo com os outros surdos, [...], *pelo uso de LIBRAS [...]. Essa cultura é expressa através de símbolos, basicamente visuais, cuja maior representação é a Língua de Sinais.* (Marconcin, 2013, p. 2. Grifo nosso).

Paralelamente, faz-se necessário reforçar que a fronteira é sentida e manifesta em uma dimensão polissêmica (Ribeiro, 2002, p. 483), ou seja, atravessando e se fazendo presente nas áreas política, cultural, econômica, epidemiológica, geográfica, epistemológica e demográfica, por exemplo. Essas fronteiras também afetam todo o contexto da vida da pessoa surda, construindo um espectro de vulnerabilidade social, como aponta o Censo de 2000 (IBGE, 2000) onde se afirma a permanência das desigualdades em relação às pessoas com deficiências, que têm taxas de escolarização, ocupação e rendimento menores que a população sem nenhuma das deficiências investigadas.

Anchieta (2020, p. 12) revela que a exclusão dessa população, manifesta em alienação social, por falta de reconhecimento e referência e afastamento de amigos e familiares devido ao abismo linguístico, por exemplo, sendo um dos principais agentes do adoecimento psíquico de pessoas surdas. Em se tratando do contexto, convívio e relação primária com os familiares e amigos (ouvintes e surdos), que deveriam atuar como principal rede de apoio, muitas vezes atuam (por desconhecimento ou questões socioafetivas) não possibilitando uma percepção positiva e funcional de pertencimento a uma classe, grupo social e identidade familiar, abrindo espaço para sentimentos de desvalia e sintomas que podem levar a transtornos depressivos ou ansiosos.

Há variados casos em que os preconceitos compartilhados pela sociedade também atingem esses sujeitos em seus lares, onde a própria família comunga dessas concepções negativas, desfavorecendo emocionalmente o sujeito (Maia, 2006, 2009). Tais problemáticas em seus diversos contextos sociais demonstram que esses indivíduos estão mais suscetíveis a um alto risco de suicídio em comparação a sociedade de modo geral (Anchieta, 2020, p. 4). Turner *et al.* (2007), Critchfield, Morrison e Quinn (1987) apontam que esta comunidade não apresenta somente riscos maiores ao suicídio, mas também a depressão e automutilação.

A língua, a linguagem e a comunicação são fatores essenciais para que as interações sociais e relações interpessoais ocorram. E diante de tais premissas, os equipamentos sociais disponíveis são poucos para atender demandas de pessoas com deficiência, que precisam de um amparo especial. A problemática na vivência pária deste grupo se dá no obstáculo comunicativo, como reforçam Chaveiro, Barbosa e Porto (2010, p. 461), o que provoca um entrave ao avanço cognitivo, social e emocional desta população. Dado que a condição de deficiência auditiva ou surdez muitas vezes esbarra na realidade prática da independência no cotidiano, as pessoas com deficiência e surdas têm se mobilizado para garantir a acessibilidade aos bens e serviços oferecidos pelo Estado e sociedade em geral, com o objetivo de assegurar sua autonomia e plena cidadania. Deste modo, o desafio predominante é (sobre)viver em um mundo que não foi projetado considerando suas necessidades.

Estudiosos do tema salientam que a falta de conhecimento e/ou não fluência em Libras em seus ambientes cotidianos acarretam em restrições no diálogo e/ou nas orientações, conseqüentemente no aumento das questões e necessidades dos surdos sobre suas condições identitárias, médicas e psicossociais (Bisol, 2008; Lebedeff, 2010; Ribeiro, Viana, 2011). Marin e Góes (2006, p. 241), adicionalmente, reforçam que esta barreira é claramente percebida no contato com profissionais da saúde, principalmente na limitação da autonomia e redução da privacidade, dada a necessidade de acompanhamento em consultas e avaliações, sofrendo interferência na mediação das informações.

A língua(gem) frequentemente serve como fronteira e obstáculo no dia a dia de muitas pessoas surdas, exemplificado por situações comuns como solicitar atendimento em um banco, farmácia ou escritório. As pessoas surdas utilizam várias estratégias para buscar uma comunicação minimamente efetiva, incluindo gestos/mímica, leitura labial, língua portuguesa escrita, oralização, alfabeto manual, figuras/desenhos, recursos tecnológicos e implante coclear (NOGUEIRA, *et al.*, 2016, p. 7). Refletindo sobre essas formas de comunicação, que não são sua língua materna (Libras), percebe-se como essas barreiras interculturais são impostas e perpetuadas pela falta de interesse e incentivo da população ouvinte em aprender Libras, mesmo que em nível básico.

Tostes (2018, p. 88) nos traz que, os surdos apresentam o desejo de se comunicar, ser escutados e, não menos importante, ser atendidos na sua língua. Ainda é importante salientar que profissionais da saúde e assistência social deveriam trabalhar com o “ser surdo”, compreendendo e auxiliando o surdo a ir além da deficiência biológica aparente. Sendo assim, entende-se que, para receber o surdo ou deficiente auditivo no contexto terapêutico é necessário que o psicólogo esteja ciente de sua

A língua(gem) como fronteira: reflexões sobre a dinâmica sociocultural de pessoas surdas e ouvintes

realidade social, linguística e emocional, e não apenas preocupado com a sua condição biológica e cognitiva, por exemplo.

O “ser surdo” diz respeito não só a sua identidade, mas também à sua cultura surda. Cultura pode ser encarada como medidor simbólico que torna a vida em comunidade possível. Por essa perspectiva, se expressa através de linguagem, juízos de valor, arte, motivações, gerando a ordem do grupo, com a criação de códigos, formas de organização e representação. Logo, a cultura surda é resultado das interações dos surdos com o meio em que vivem, as possibilidades de interpretar o mundo, de ser e viver nele, constituindo um complexo campo de produções culturais: língua de sinais, identidades, pedagogia, política, leis, artes, etc (Levino *et al.*, 2013).

4. Fronteira como espaço de coexistência entre pessoa surda e a pessoa ouvinte

Podemos observar que a língua(gem) é uma das fronteiras mais evidentes e vivenciada pela comunidade surda, assim como a identidade imposta de ser diferente no aspecto fisiológico e ser encarado como inferior aos olhos de pessoas ouvintes. Pode-se notar também a fronteira negativa no aspecto sociocultural por (con)viver à margem de um “universo” despreparado para atender às suas necessidades e lidar com suas características.

No que se refere às experiências dos surdos, especialmente em relação à cultura e linguagem, esses indivíduos vivem em uma sociedade bicultural, onde há uma fronteira entre a língua falada e a língua sinalizada, formando uma comunidade linguística minoritária. Ser surdo implica um bilinguismo específico e uma constante navegação entre inclusão e exclusão. A modalidade linguística usada pelos surdos limita as oportunidades de estabelecer relações afetivas bem-sucedidas em uma sociedade que perpetua a hegemonia ouvintista. Eles enfrentam desafios para uma comunicação plena e eficaz com ouvintes, mas esses obstáculos podem ser mitigados pelo uso de recursos tecnológicos.

É notório que o atual cenário vem apresentando mudanças e que a comunidade surda tem aproveitado os espaços para atingir maior visibilidade, porém, há muito que se discutir e melhorar para alcançarmos o patamar em que os direitos básicos cívicos desta parcela da população sejam respeitados e cumpridos de modo eficaz e satisfatório.

Este texto não pretende apresentar sugestões de resolução ou políticas inovadoras para sanar estas problemáticas em suas diferentes esferas de complexidade. Entretanto, podemos compartilhar possibilidades de visualizar e vislumbrar potências a partir das próprias fronteiras que já estão postas. Como seria possível incluir, compreender, contribuir, compartilhar e cuidar na diferença? Como apresentar, ressignificar e aproximar pessoas ouvintes e surdas em prol de uma sociedade funcional, ética, inclusiva e democrática? Como permitir o acesso pleno e estimular a autonomia de pessoas surdas nos mais diferentes setores de dispositivos e repartições públicas e em redes sociais? Como incentivar a aquisição e difusão da Libras entre pessoas ouvintes? Esses são alguns dos questionamentos que pretendemos evocar e compartilhar a partir das análises apresentadas.

Contudo, podemos pensar em cenários positivos e possíveis em um futuro não tão distante, projetando um trânsito de informações e experiências entre os lados destas fronteiras. É possível imaginar este processo como em uma fronteira flexível, porosa e permeável, como a de uma célula, onde há uma troca intermitente de substâncias, porém respeitando os limites espaciais, funções e necessidades de ambos, visando uma autorregulação.

Uma destas possibilidades pode ser utilizar dos meios digitais, em que inclusive a comunidade surda está inserida, para trazer maior visibilidade, intercâmbio dando visão às realidades, necessidades e potências desta população, por meio de páginas em redes sociais ou perfis que compartilhem sua realidade cotidiana, por exemplo. Utilizar as redes sociais como um espaço para informar, educar, discutir e fomentar debates pertinentes para ambos os públicos, aumentando a rede de apoio e alcance às mobilizações, diminuindo a repercussão de notícias falsas, percepções distorcidas sobre deficiência e surdez, amplificar o bilinguismo por parte dos ouvintes, por exemplo. O uso de recursos tecnológicos, como computadores, celulares e aplicativos, facilita as interações entre surdos e ouvintes, permitindo que os surdos se insiram no mundo virtual sem que sua surdez seja o foco principal. Este pode ser um primeiro passo para utilizar a porosidade de algumas fronteiras a favor do progresso social.

Para que profissionais da educação e saúde se tornem agentes de mudança, é fundamental reavaliar e melhorar sua formação e capacitação contínua, promovendo práticas humanas, éticas e inclusivas. Embora a educação, especialmente em licenciaturas, tenha avançado no ensino de Libras, ainda faltam oportunidades que integrem elementos sociopolíticos e cultura surda, visando uma atuação mais eficaz e impactante.

Para crianças e adolescentes surdos no ensino regular, é necessário criar estratégias afirmativas que valorizem sua identidade e cultura, reduzindo disparidades e promovendo diversidade. Reformular a formação de professores do ensino básico para uma educação inclusiva é crucial, rompendo com modelos antiquados e paternalistas. Isso inclui a utilização de produções de grupos surdos para validar a identidade dos alunos e promover sua formação cidadã. Recursos como literatura surda, discussões sobre línguas oral e sinalizada, e experiências sociais são essenciais para além da inclusão escolar, gerando impacto positivo no contexto social.

Na área da saúde há uma considerável negligência quanto às pautas e práticas de inclusão na formação de profissionais de diferentes segmentos, desde a graduação à formação continuada. Muitas discussões e renovações se fazem necessárias no campo da Psicologia e Medicina, por exemplo, para discussões voltadas à realidade social, vulnerabilidades, as necessidades e potências da comunidade surda nos territórios. Estas colocações são reforçadas pela baixa produção acadêmico-científica, poucos eventos e extensões com a temática, além de falta de incentivo à formação bilíngue destes profissionais, seja na graduação, pós-graduação ou formação continuada.

A comunicação de técnicos e profissionais da saúde com o paciente representa o veículo principal para obtenção de informações, construção de vínculos com o paciente e familiares, bem como adesão aos tratamentos. Para que haja uma comunicação eficaz entre estes e uma pessoa surda é essencial se

A língua(gem) como fronteira: reflexões sobre a dinâmica sociocultural de pessoas surdas e ouvintes

pensar em medidas práticas cabíveis para facilitar a linguagem, evitando barreiras (Ramos; Almeida, 2017, p. 122). De acordo com Souza e Porrozzi (2009, p. 44) tal capacitação se concretizaria quando houvesse cursos de Libras implementados como política inclusiva e de integração, principalmente voltados à aplicabilidade prática de rotinas técnicas, para que os profissionais de tais áreas adquiram o entendimento necessário para o manejo atendimento destas pessoas em seus contextos de exercício profissional diário. Evidencia-se, portanto, a relevância de uma disciplina curricular que utilize metodologia ativa e aulas de laboratório, permitindo a construção de relações profissionais-paciente. Essa abordagem estimula e desenvolve competências como pensamento crítico-reflexivo, proatividade, autonomia, e capacidades cognitivas, afetivas e comunicativas. Além disso, reforça a habilidade de resolução de problemas e desperta o desejo de aprofundar conhecimentos sobre a língua, promovendo uma formação especializada e continuada. Isso contribui para assegurar uma prática inclusiva e garante os direitos da comunidade surda, fazendo-se cumprir de modo efetivo as legislações correspondentes.

Independente de profissões ou papéis sociais determinados é preciso expandir e trazer à tona estas e demais questões presentes no cotidiano da comunidade surda em nosso território. É importante enfatizar o protagonismo destas pessoas e a repercussão através dos demais agentes sociais para fomentar uma mudança significativa em nossa realidade nacional e regional, evidenciando e rompendo o comodismo e posturas capacitistas. Uma vez que não basta abordar formações identitárias de forma isolada, torna-se necessário considerar as influências, interferências e interrupções que permeiam as diversas fronteiras, forjando a dinâmica intersubjetiva a fim de garantir espaços de reconhecimento de direitos e de cidadania plena. O incentivo à revisão e à construção de novas tecnologias, currículos, conselhos, códigos de ética, protocolos, métodos de ensino-aprendizagem, métodos de captação e capacitação de pessoas ouvintes em Libras, como acionar empresas ou ONGs que disponibilizam serviços de tradução simultânea, cursos de capacitação ou mesmo grupos para atualizar as leituras de práticas inclusivas e afirmativas que ocorrem no exterior, por exemplo, serão sempre necessários para sustentar a força motriz deste grande projeto sociopolítico.

Entretanto, é relevante enfatizar que para obter resultados palpáveis e eficazes se faz necessário a compreensão de ser um trabalho compartilhado e organizado entre comunidades surdas, profissionais e técnicos que transitam entre estas culturas e comunidade ouvinte, prezando por um grande fluxo de trocas, informações, orientações, políticas e possibilidades de aproximação e partilha, tornando a fronteira um portal transitável para uma renovação e reconstrução sócio-político-cultural.

Referências

AMARAL, L. A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Júlio. G. (org.). *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo. Summus, 1998. pp. 11-30. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3183948&forceview=1>. Acesso em: 01 mar. 2023.

ANCHIETA, E. V. B. Suicídio e Surdez: A saúde mental não acessível. In: *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 6, n. 6, pp. 1-13, 2020. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/108>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BISOL, C. A. *Adolescer no contexto da surdez: questões sobre a sexualidade*. Tese de doutorado. UFRGS, RS. 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14290/000655768.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras – e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, 24 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL. *Decreto 5.626*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, 2005. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/566431/publicacao/15727237>. Acesso em: 01 mar. 2023.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A.; PORTO, C. C. et al. Atendimento à pessoa surda que utiliza a língua de sinais, na perspectiva do profissional da saúde. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 639-645, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/20359>. Acesso em: 01 mar. 2023.

CRITCHFIELD, A.B., MORRISON, F., QUINN, W.M. Suicide intervention with hearing impaired adolescents. In: ANDERSON, G.B.; WATSON, D. (ed.). *Innovations in the habilitation and rehabilitation of Deaf adolescents*. Selected proceedings of the second national conference on the habilitation and rehabilitation of Deaf Adolescents. Arkansas: American Deafness and Rehabilitation Association; 1987. pp. 187-20

ESTEREÓTIPO. In: *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis* [online]. Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/estereotipo#:~:text=6%20fig%20Imagem%2C%20ideia%20que,%20chav%3%A3o%2C%20lugar%2Dcomum>. Acesso em: 12 jun. 2024

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNADC). Rio de Janeiro: 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico Brasileiro 2000*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/deficiencia_Censo2000.pdf. Acesso em: 01 mar. 2023.

LANE, H. Do deaf people have a disability? In: -DIRKSEN, H; BAUMAN, L. (org.), *Open your eyes: Deaf studies talking*. Minneapolis: University of Minnesota. 2008. pp. 277-292

LEBEDEFF, T. B. Surdez e Sexualidade: uma discussão sobre a necessidade de empoderamento linguístico e acesso à informação In: *Anais do Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul - Anpedsul*, v.8, 2010. pp. 1-17 Disponível em: <https://docplayer.com.br/13124540-Surdez-e-sexualidade-uma-discussao-sobre-a-necessidade-de-empoderamento-linguistico-e-acesso-a-informacao-tatiana-bolivar-lebedeff-ufpel.html> Acesso em: 01 mar. 2023.

LEVINO, D.A. et al. Libras na graduação médica: o despertar para uma nova língua. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 37, n. 2, 2013. pp. 291-297. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/gYMdRfj44CZ9WfWS5MKyXk/>. Acesso em: 01 mar. 2023.

MACHADO, J. P. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Livros Horizonte: Lisboa, 1977.

A língua(gem) como fronteira: reflexões sobre a dinâmica sociocultural de pessoas surdas e ouvintes

MAIA, A.C.B. *Inclusão e Sexualidade: análise de questões afetivo-sexuais em pessoas com deficiência física. Relatório de pesquisa Pós-Doutorado. Núcleo da Sexualidade Humana - NUSEX. Unesp, 2009.*

MAIA, A.C.B. *Sexualidade e Deficiências*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MARCONCIN, L. I. do P. et al. O olhar do surdo: traduzindo as barreiras no ensino superior *In: Ensaios Pedagógicos - Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades*, 2013. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n5/ARTIGO-PRISCILA.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

MARIN, M. C., GOES, R. A. Experiência de pessoas surdas em esferas de atividade do cotidiano. *In: Caderno CEDES*, 26(69), 231-249, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/hVTsHdNJzYcWS6wcdSPCxJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

NOGUEIRA, F.S. et al. Disciplina de libras nos cursos da saúde: acessibilidade e estratégias de comunicação para os sujeitos surdos. *In: Anais do 7º congresso brasileiro de educação especial*. Campinas, Galoá, 2016. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee7/papers/disciplina-de-libras-nos-cursos-da-saude--acessibilidade-e-estrategias-decomunicacao-para-os-sujeitos-surdos>. Acesso em: 01 mar. 2023.

PADDEN, C.; HUMPHRIES, T. *Deaf in América: voices from a culture*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (org.) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

RAMOS, T.S.; ALMEIDA, M.A.P.T. A Importância do ensino de Libras: Relevância para Profissionais de Saúde. *Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, janeiro de 2017, v. 10, n. 33, pp. 116-126. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/idonline.v10i33.606>. Acesso em: 01 mar. 2023.

RIBEIRO, A. S. A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira. *In: SOUZA SANTOS, Boaventura de (org.). A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002. pp. 475-497.

RIBEIRO, K; VIANNA, C. P. *Sexualidade e gênero: estudo das relações afetivas de jovens surdas de uma escola municipal de educação especial de São Paulo*. Tese. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06072011-102643/pt-br.php>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SACKS, O. *Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Tradução de Laura T. Motta, São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SCHLESINGER, H. S.; MEADOW, K. P. *Sound and Sign, Childhood Deafness and Mental Health*. University of California Press, 1973.

SILVEIRA, F.L. A. As complexidades da noção de fronteira, algumas reflexões. *Caderno Pós Ciências Sociais - São Luís*, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/223>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SOUZA, M.; PORROZZI, R. Ensino de libras para os profissionais de saúde: uma necessidade premente. *Rev. Práxis*, v.1, n.2, p.43-6, 2009. Disponível em: <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/praxis/article/view/1119/1007>. Acesso em: 01 mar. 2023.

TOSTES, R. S, *A atuação de psicólogo bilingue no atendimento terapêutico à pessoa surda*. Dissertação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

TURNER et al. Suicide in deaf populations: a literature review. *Journal List. Ann Gen Psychiatry*. v.6. [S.l], 2007. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2093933/>. Acesso em: 01 mar. 2023.